

Centro de Investigação em Sociologia
Económica e das organizações



SOCIUS Working Papers

Carmem Ligia Iochins Grisci

" TEMPOS MODERNOS, TEMPOS MUTANTES:
Produção de subjetividade na reestruturação do trabalho bancário"

Nº 3/2002

Nota:

Working Paper publicado no âmbito do convénio ICCTI/CAPES, Projecto nº 413/CAPES entre o SOCIUS e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil.

SOCIUS - Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações
Instituto Superior de Economia e Gestão
Universidade Técnica de Lisboa
Rua Miguel Lupi, 20
1249-078 Lisboa
Tel. 21 3951787 Fax:21 3951783
E-mail: socius@iseg.utl.pt
Web Page: <http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/index.htm>

TEMPOS MODERNOS, TEMPOS MUTANTES:

Produção de subjetividade na reestruturação do trabalho bancário

Carmem Ligia Iochins Grisci*

RESUMO

A partir de uma pesquisa desenvolvida em contexto de reestruturação do trabalho bancário, este artigo apresenta e discute dois paradigmas: *tempos modernos e tempos mutantes*. O primeiro tem a ver com as engrenagens e as linhas de montagem que docilizam os corpos e marcam o eterno retorno do mesmo. O segundo tem a ver com a invisibilização dos lugares, a antecipação do tempo, e o apontar para a irreversibilidade de um processo de transformação que carrega o contínuo vir a ser de uma subjetividade que corresponde às exigências do poder. Como conclusão, poder-se-ia dizer que ambos os paradigmas, apesar de suas diferenças, se orientam mais para aprisionar o sujeito do que para emancipá-lo.

Este artigo encontra-se dividido em três itens que contêm os seguintes assuntos: o primeiro item dá uma idéia da construção da problemática que inter-relaciona trabalho, tempo e subjetividade. O segundo item apresenta, rapidamente, os procedimentos metodológicos referentes à pesquisa que foi desenvolvida em contexto de reestruturação do trabalho bancário. O terceiro item remete a algumas considerações provenientes dos achados desta pesquisa, consideradas centrais à compreensão da problemática proposta.

Trabalho, tempo e subjetividade: a construção da problemática

Tratando-se o *trabalho* de uma categoria de análise que permite significativas e recorrentes discussões, proponho um recorte referente a um modo de trabalho capitalista que, em sua constante busca por acumulação de riqueza, apresenta visíveis e inegáveis transformações. Tais transformações unem-se,

*Professora do Programa de Pós-Graduação em Administração da Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
cligrisci@adm.ufrgrs.br

sobremaneira, à questão do tempo. Sob este prisma, interessa, especificamente, os aspectos que fundamentam as relações entre modos de trabalhar e modos de subjetivar, uma vez que se pressupõe modos de trabalhar como dispositivos de subjetivação, ou seja, de produção de subjetividade. Para compreender tais modos, é preciso tomar o trabalho do tempo como processo de subjetivação (formatações dos sujeitos) através do trabalho no tempo (as transformações do próprio trabalho).

Embora a evidente existência de diferenciações nos modos de tratar o tempo, é habitual concebê-lo como algo independente, que existe por conta própria, desconsiderando a história da cronologia e da cronometria e suas conseqüências psicológicas, sociais e ideológicas. No entanto, regimes de temporalidade homogêneos somente instauraram-se diante de significativo controle disciplinar, e da associação da imagem do tempo à de dinheiro, transformando o espaço de trabalho num universo de controle do tempo (Edward. P. Thompson, 1991).

Há de se considerar que os novos regimes temporais, estabelecidos à época da industrialização, faziam emergir sujeitos dos *corpos docilizados*, de um futuro negociado comprado e pago com a própria saúde. Isso porque os modos de experimentar o tempo são da ordem da própria cultura e o que se passa dentro das fábricas é uma orquestração também da família e da escola, sob um regime temporal que preside o funcionamento organizacional.

Hoje, uma situação que se mostra especialmente instigante é a da reestruturação do trabalho caracterizada por

“um conjunto de mudanças que estão ocorrendo no sistema produtivo atual, a partir da introdução de um novo padrão tecnológico e organizacional. [...] O novo paradigma organizacional engloba mudanças na forma de organizar a empresa, a produção e o trabalho e, também, estabelece uma nova relação com os fornecedores e os clientes” (Inácio Neutzling e José Kvein, 1997, p.713).

O modelo que emerge revela-se como potencializador de novas e mais sofisticadas formas de acumulação, condizentes com o sistema capitalista de produção de mercadorias. Tempo é dinheiro, esta é a premissa básica que atribui ao tempo um papel

decisivo no capitalismo e, como diz Robert Kurz (1999, p. 3), “hoje a exploração dos recursos temporais parece ter chegado a seu limite histórico, sendo impossível evitar que o problema do tempo, agora iminente, se insinue na consciência social”.

À luz das análises feitas por autores/as tais como Sadi Dal Rosso (1996), Ricardo Antunes (1999), Nádia Castro (1996), Márcia Leite (1994), Maria E. Lima (1996), Liliane Segnini (1998), mesmo que nem sempre coincidentes, ao tratarem do trabalho e das mudanças que o desafiam, é possível tomar-se o setor bancário como um exemplo paradigmático no que diz respeito às transformações que sofre o mundo do trabalho e ao que diz respeito aos modos de trabalhar. Condizentes com tais características, as novas maneiras de fornecimento de serviços bancários provêm de inovações emergentes em bases comercial, tecnológica e organizacional.

Moldadas pela lógica que rege os interesses do capitalismo, as novas tecnologias adotadas pelo segmento bancário aumentaram a rapidez do fluxo do dinheiro e têm gerado modos de trabalhar diversos que implicam qualificação, recolocação e também desemprego, conforme registra o Censo Bancário – Avaliação de Saúde dos Bancários do Rio Grande do Sul (Sindicato dos Bancários de Porto Alegre/Federação dos Bancários do Rio Grande do Sul/Coletivo Estadual de Saúde, 1997). Ícones tais como *Banco 24 horas* e até mesmo *Banco 30 horas*, a lembrarem que os mercados financeiros nunca dormem, numa nítida tentativa de otimizar, encarcerar e dominar o tempo; e manchetes tais como *Rumo ao banco do futuro*, *Smart Cards já são realidade*, *Revolução nos bancos exige um novo bancário*, entre outras que se tornaram correntes nos últimos tempos (Monica Pedroso, 1998), configuram um novo cenário no plano da organização do trabalho e da produção. Um cenário em que a categoria tempo merece novas compreensões.

Trabalho e tempo, como se vê, entrelaçam-se no cenário contemporâneo que, para além de simples paisagem externa, é tomado como constitutivo do sujeito. Significá-lo desta maneira é adotar a idéia de reciprocidade entre mundo/sujeito, objetividade/subjetividade. Isso porque subjetividade e objetividade não são instâncias contrárias, ou autônomas uma em relação à outra. Esse cenário acarreta novas experiências e um trabalhador obrigado a uma abertura ao novo, configurado nas diversas tecnologias e paradigmas. Como diz Suely Rolnik (1997, p.20-21),

“essas mudanças implicam a conquista de uma flexibilidade para adaptar-se ao mercado em sua lógica de pulverização e globalização; uma abertura para o tão propalado novo: novos produtos, novas tecnologias, novos paradigmas, novos hábitos etc”.

Abertura para o novo, no entanto, conforme a autora (1997, p.21), “não envolve necessariamente abertura para o estranho nem tolerância ao desassossego que isso mobiliza”. Diante de tais transformações, cabe às subjetividades reconfigurarem-se. Tais reconfigurações mostram-se atravessadas pela questão do trabalho e do tempo, paradigmáticos nos modos de viver e de subjetivar contemporâneos.

A noção de subjetividade, dado o exposto, é assim proposta por Guattari e Rolnik, 1996, p.25): “subjetividade de natureza industrial, maquínica, ou seja, essencialmente fabricada, modelada, recebida e consumida. As máquinas de produção de subjetividade variam.” Se as máquinas de produção da subjetividade variam, já é possível notar-se a pertinência contida na verificação de novas formas de subjetivação utilizadas pelo capital no sentido de produzir trabalhadores que, vivendo sob os mesmos ritmos e cadências aceleradas num universo de *ritornelos capitalistas* – ritmação expressiva que encadeia melodicamente componentes heterogêneos e, assim, constitui um território existencial – (Guattari, 1988), correspondam às exigências contidas nos novos modos de trabalhar e de se relacionar.

Para a verificação de possíveis novos modos de subjetivação – ou modos de existência ou estilos de vida, como escreve Gilles Deleuze (1998) – deve estar claro que a sociedade e os fenômenos de expressão social não resultam da somatória de subjetividades individuais. Ao contrário, é a subjetividade individual que resulta de determinações coletivas sociais, econômicas e tecnológicas. A subjetividade, portanto, é social, podendo ser assumida e vivida pelos sujeitos particularmente.

Como pode-se notar, as mudanças da reestruturação do trabalho, mormente aquelas provenientes do uso de novas tecnologias, vão incidir sobre o tempo, e ao instituírem novos regimes temporais, vão afetar a subjetividade. Isso se dá através de um movimento que Guattari (Guattari e Rolnik, 1996) chama de *desterritorialização e reterritorialização*, assim observado: a *desterritorialização* arranca os sujeitos de modos de trabalhar, experimentar o tempo e viver que lhes são familiares, a *reterritorialização* captura-os, novamente moldados às necessidades colocadas pelo sistema capitalista. Cabe registrar que essa seqüência não se limita a um paradigma de causa e efeito, tal a complexidade que a envolve.

O trabalhador, inserido neste contexto, é compreendido como *alguém* corporificado (Alain Badiou, 1994) a constituir o sujeito da reestruturação do trabalho, remetendo, mais uma vez, à idéia de imbricamento, de indissociação mundo/sujeito. Sendo assim, torna-se possível considerar que o sujeito da atual reestruturação do trabalho se diferencie do sujeito da Revolução Industrial que consolidou o modo capitalista de produção, tal como a *sociedade de controle* diferencia-se da *sociedade disciplinar* (Michel Foucault,

1996; Deleuze, 1998). É esse fato o que permite adotar-se como pertinente a eleição da seguinte questão problematizadora:

Como trabalho e tempo, inter-relacionados, repercutem na subjetividade de trabalhadores, especificamente os que exercem suas atividade no setor de prestação de serviços bancários?

Não se trata, entretanto, de perguntar qual é o modo de trabalhar pior ou melhor, pois em cada um deles são experimentadas resistências, sujeições e criações. Trata-se, isto sim, de pensar que diferenciações acerca de possíveis experimentações do tempo deverão acarretar implicações nos modos de viver na contemporaneidade, mesmo que ainda se observe, em larga escala, concomitâncias em termos do que se classificam de padrões *antigos* e *novos* nas organizações.

Como principais interlocutores chamados a esta discussão – produtores de convergências inesperadas que forçam o pensamento a pensar num movimento nem sempre em consenso –, destaco Deleuze e a idéia de rizoma temporal, sendo que o rizoma, “... diferentemente das árvores ou de suas raízes, conecta um ponto qualquer com outro ponto qualquer; [...] Ele não é feito de unidades, mas de dimensões [...] Ele não tem começo nem fim, mas sempre um meio pelo qual ele cresce e transborda” (Deleuze e Guattari, 1996, p. 32); Ilya Prigogine (1990) e o papel criativo do tempo dada sua condição de irreversibilidade; Guattari (1997) e a subjetividade tomada como coletiva, social e histórica; Pierre Lévy (1996, 1996a) e a idéia de virtual, de que no campo das *novas tecnologias intelectuais* nada está decidido *a priori*; Paul Virilio (1996, 1996a, 1999) e a idéia da velocidade eliminando os ancoradouros; David Harvey (1993) e a análise das mudanças vinculadas aos novos modos de experimentar o tempo e o espaço, principalmente aquelas referentes ao mundo do trabalho.

As idéias desses autores deverão se fazer presentes, de uma forma ou de outra e nos limites compreendidos por este texto, nas análises que compõem o item *Tempos Modernos, Tempos Mutantes*.

Procedimentos metodológicos

Os dados desta pesquisa provêm da realização de um estudo de caso que toma, como *hospedeira* do fenômeno estudado, uma instituição bancária pública centenária, de grande porte e de abrangência nacional, que passa por um momento culminante em termos de transformações, tanto tecnológicas quanto organizacionais. Cheguei à empresa praticamente junto com os computadores e o novo mobiliário, no momento da implementação de um Projeto tido como marco paradigmático da mudança proposta pela reestruturação do

trabalho bancário. Inseri-me, portanto, num processo que estava em vias de fazer mudarem os modos de trabalhar, de experimentar o tempo, e de ser. O que digo, então, é relativo à fabricação de tais modos.

Os sujeitos da pesquisa são bancários/as funcionários/as de três agências consideradas de pequeno, médio e grande porte, estabelecidas em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. No momento da coleta de dados, as três agências somavam um total de noventa e quatro funcionários/as efetivos/as. Desses, 40% foram incorporados como sujeitos diretos da pesquisa, o que soma trinta e oito funcionários/as pertencentes a diferentes níveis hierárquicos, considerando-se características tais como sexo, idade, escolaridade, cargo e tempo de serviço na empresa, distribuídos numa proporção igualitária nas três agências.

A coleta de dados baseou-se em fontes documentais e iconográficas (embora não sejam apresentadas nos limites deste artigo, as fotografias constituem-se em complemento importante e sugestivo a confirmar as fontes documentais e orais), na realização de vinte e cinco entrevistas individuais, e em dois grupos focais que seguem a orientação proposta por David Morgan (1988). Tanto as entrevistas individuais quanto os grupos focais foram realizados no próprio local e horário de trabalho dos sujeitos, tendo sido gravados em fita-cassete com a permissão deles e, após, transcritos.

A análise dos dados priorizou o entendimento qualitativo da realidade social, através de categorias de cunho coletivo, seguindo orientações de Thompson (1995), condizentes à Análise Sócio-Histórica, à Análise Formal e à Interpretação/Re-interpretação. Para tanto, tomou-se como material de análise as transcrições das entrevistas e dos grupos focais, a história da empresa a partir dos relatos e dos documentos disponibilizados, e as fotografias. Cabe ressaltar que a Interpretação/Re-interpretação é um processo infinito e outros olhares e dizeres, provenientes de outros lugares, poderão vir a ampliar as compreensões acerca do que trato no item apresentado a seguir.

Tempos Modernos, Tempos Mutantes

Buscando alargar horizontes compreensivos acerca do mundo do trabalho, coloquei o tempo em evidência. Ao assim fazê-lo, vi-me, predominantemente, diante do que poderia caracterizar como um *movimento claro-escuro* que os sujeitos empreendem quase que como uma dança triste ou fatalista, em que a distribuição de sombras e luzes se dá regrada por um dever psíquico que neles se instala a partir de modos de subjetivação capitalísticos. Deste modo, tanto em seu jorro livre e claro, quanto tomado como cabível enquanto parcela de pagamento equivalente a um *bilhete de permanência* no trabalho que se reestrutura, o sofrimento que as novas experimentações do tempo desencadeiam, no momento da

implementação da mudança, se mostra em toda sua extensão e intensidade. Tal sofrimento, no entanto, não tem sido comumente assinalado.

Percebi, então, que dizer que a *rede* possibilita acesso ilimitado e, em grande parte, gratuito à informação de toda procedência; que os computadores de uso pessoal vêm adentrando aos lares de modo acelerado; e que, igualmente acelerado, vem sendo o aumento do número de pessoas que se conectam à internet; tudo isso não minimiza o fato de que, no momento da implementação da mudança do trabalho bancário, os sujeitos encontrem-se hipersolicitados, temerosos, em constante estado de desassossego e de despossessão, e correndo o risco de extinção enquanto profissão, num país em que os índices de desemprego são, consensualmente, tidos como alarmantes.

Dizer que as novas tecnologias configuram o mundo do trabalho como infinitas e inimagináveis possibilidades, tais como exemplifica o surgimento de profissões até então inconcebíveis como *webdesigner* e *webmaster*, a designarem novos profissionais da internet, por exemplo, é referir uma realidade não vislumbrada pelos sujeitos no momento em que sofrem as mudanças da reestruturação do trabalho.

É interessante notar, entretanto, que no tempo de mudar inscrevem-se modos de subjetivação tais como naturalização e homogeneização, buscando formatar subjetividades serializadas baseadas na ilusão de que, conforme os dizeres inscritos num bonequinho disposto em cima de uma mesa de trabalho, *o tempo não muda você*. O combate a esta perspectiva atravessa a feitura deste trabalho que, no momento de sua finalização, “a interpretação, quer dizer, a produção de sentido, não remete mais [...] à interioridade de uma intenção, [...] mas antes à apropriação sempre singular de um navegador” (Lévy, 1998, p. 5).

Pretendo, aqui, fazer breves colocações relacionadas a algumas das *relíquias* encontradas no ato de *amassar* os dados empíricos. Para tanto, privilegio dois aspectos: o que diz respeito ao movimento de desterritorialização e de reterritorialização, e o que toma dois termos paradigmáticos, *Tempos Modernos* e *Tempos Mutantes*.

Em relação ao primeiro aspecto, há de se considerar que mudanças sempre existiram no mundo do trabalho bancário. Nota-se, entretanto, que as mudanças se diferenciam ao longo do tempo. Entre aquelas que integram a história da empresa em questão, encontram-se as que poderiam ser assim expressas:

- a) *mudanças arborescentes*: independentemente de época, são tomadas pelos sujeitos como mudanças que nunca acontecem, que esfumam nos discursos; ou então que propiciam certos períodos de adaptação ao se delinearem como algo longínquo, e que, ao se avizinharem, ainda possibilitam fazeres paralelos, mudanças que conservam características de estrutura, que remetem a traços de mesma natureza.

b) *Mudanças desterritorializantes*: desde os efeitos que produzem, são compreendidas pelos sujeitos como metidas à força, regidas por modos de apresentação tais como, inevitabilidade, instantaneidade e intensidade. Mudanças que provocam desassossego e atingem aqueles sujeitos ditos dos postos de gestão, tanto quanto aqueles dos postos ditos de execução. Não mais tomadas como “sinônimo de longo prazo” (gerente de área/08 anos na empresa), elas se inscrevem no tempo da velocidade, arrancando os sujeitos de territórios solidificados “de uma hora para outra” (caixa executiva/15 anos na empresa).

Mudanças, em geral, podem causar tensão, estresse e sofrimento aos sujeitos. Tendo-se em vista as mudanças desterritorializantes, não é sem sentido que a sensação de perda iminente se instale com veemência no cotidiano dos sujeitos da reestruturação do trabalho bancário. Ainda mais que, quanto mais essa reestruturação configura-se, mais os sujeitos são tomados por um sentimento de perda assim compartilhado: o futuro da empresa não precisa deles, o que os coloca na situação de sujeitos descartáveis que experimentam o desamparo frente ao seu próprio futuro. Haja vista que, além de não mais contarem com a idéia de garantia do emprego, convivem com a possibilidade da própria extinção enquanto profissão. Tal insegurança leva-os ao consentimento de uma disponibilidade em aberto de sua força de trabalho, em prol da sustentação das redes de poder do capital que os exclui e subjuga, afirmando os controles mais sutis e neutralizando os devires.

Ao tempo cabe, então, um papel fundamental quanto à caracterização das mudanças apresentadas. O movimento de desterritorialização, que caracteriza com veemência o segundo tipo de mudanças apresentado, provém do tempo atravessado pela velocidade que elimina os ancoradouros, ou as referências identitárias, no sentido de que “o passado eles riscaram, é só o presente” (escriturário/22 anos na empresa). Cabe lembrar, rapidamente, que, por referências identitárias compreende-se uma essência dada *a priori*, arduamente introjetada, e até então, em correspondência com a noção de um tempo linear e sucessivo.

A partir dessa situação de presentificação, de obsoletização das trajetórias de trabalho e de vida, pode-se evidenciar que, para a reestruturação do trabalho bancário, o legado do passado não serve para o futuro. Ao mesmo tempo, percebe-se o fato de que, quanto mais arraigados às referências identitárias se encontrarem os sujeitos, mais exacerbado será o sofrimento a ser experimentado diante da reestruturação que toma o tempo enquanto modo de subjetivação a produzir novas subjetividades capitalísticas, num processo de individuação.

Desde o tempo de mudar, o sofrimento exacerbado que os sujeitos experimentam, no momento de implantação da mudança, se mostra com clareza: nas diversas

posições hierárquicas ocupadas pelos sujeitos; nos modos de apresentação das mudanças; na idéia do *antigo* e do *novo* que acalentam e que extrapola o sentido de um tempo meramente cronológico; nas novas tecnologias, entendidas como novos operadores de tempo; e na velocidade que desterritorializa. Diante disso, o sofrimento não pode ser debitado a uma suposta incapacidade humana e particular de reagir afirmativamente perante o novo e o diferente, tal como apregoa a meritocracia.

Há de se considerar, inclusive, que tal sofrimento resulta do consumo de subjetividades serializadas condizentes com modos de trabalhar infantilizados, regradados, repetitivos, periodizados e massificados, a exemplo daqueles modos de trabalhar evidenciados desde a era da industrialização. Modos de trabalhar que, cabe ressaltar, remetem à experimentação da periodização, da repetição, de um tempo cronologizado. Trabalho e tempo, assim caracterizados, constituíram-se, sob a chancela do capital, modos de subjetivação, ou de produção de subjetividade, deliberadamente impostos pela empresa aos sujeitos. Em tempos de reestruturação do trabalho, entretanto, embora digam respeito à subjetividade capitalística que constitui os sujeitos, essas características são vistas como indesejáveis diante dos novos modos de gestão.

Desde esta perspectiva, pode-se pensar que, frente às “mudanças drásticas” (gerente geral/24 anos na empresa), justamente aquilo que lhes fora forjado a duras penas é o que, de certo modo, tem se mostrado como empecilho frente à urgência que se instala no cotidiano da empresa e como impeditivo da construção de linhas de fuga por parte dos sujeitos desterritorializados diante dos novos modos de trabalhar, de experimentar o tempo e de ser. Perversa lógica, esta do capital, que desterritorializa os sujeitos para reterritorializá-los sob outros modos igualmente ideológicos.

Como diz Harvey (1993, p. 7),

“essas mudanças, quando confrontadas com as regras básicas de acumulação capitalista, mostram-se mais como transformações da aparência superficial do que como sinais do surgimento de alguma sociedade pós-capitalista ou mesmo pós-industrial inteiramente nova”.

É nesse sentido que a constante tensão entre desterritorialização e reterritorialização, controle e devir, se faz notar. Em relação à desterritorialização, é possível tomar como exemplo a fala que refere “a perda do fio da meada” (gerente geral/24 anos na empresa); e em relação à reterritorialização, ou às novas capturas empreendidas pelo capital, pode-se exemplificar retomando os depoimentos a seguir: “Eu já delimito um número X de horas além das seis horas [oficiais] que eu estou disposto a doar, já que existe uma

consciência de que hoje está se exigindo um tempo maior. Hoje, são em torno de três a quatro horas a mais por dia” (escriturário/8 anos na empresa). Ou, então,

“Tu não consegues ver o todo, como tu fazias antes, tu não consegues; tu só estás muito lerdo, mas não te lembras de um ano, dois anos antes. Não te lembras de fazer manualmente. Ainda reclamas da velocidade, às vezes. Antes mandavas lá para o cara e o cara levava três dias para fazer e tinha que fazer; não te lembras disso, da semana que perdias. Aí, trinta segundos para dar a resposta: ‘Está muito lerdo!’ (escriturário/8 anos na empresa).

Tais depoimentos permitem apontar a requalificação dos sujeitos em direção a novos modos de trabalhar, de experimentar o tempo, e de ser.

Frente à reestruturação do trabalho bancário, diferentemente da era da industrialização, os modos de trabalhar demandados caracterizam-se como flexíveis e complexos. Modos de trabalhar que, cabe ressaltar, remetem à experimentação da coexistência, da instantaneidade, de um tempo sem tempo. Trabalho e tempo, assim caracterizados, continuam constituindo-se, sob a chancela do capital, modos de subjetivação, ou de produção de subjetividade, deliberadamente impostos pela empresa aos sujeitos. Produzem, entretanto, novas subjetividades.

Até este momento, busquei assinalar que enquanto o movimento de desterritorialização, regido pela velocidade, arranca os sujeitos de modos de trabalhar, de experimentar o tempo, e de ser que lhes são familiares, mesmo que sofridamente introjetados, o movimento de reterritorialização os recompõe a partir de modos de subjetivação que visam produzir novas subjetividades.

Desde esta perspectiva, tomo dois termos paradigmáticos: *Tempos Modernos* e *Tempos Mutantes*. Com isso, pretendo destacar que, ao sofrer transformações no tempo, o tempo não só constitui os sujeitos, como os inventa. Os *Tempos Modernos* inventam o sujeito da sincronização, da cadência dos corpos e do controle por confinamento. Os *Tempos Mutantes* inventam o sujeito da coexistência temporal, da presentificação, da hipersolicitação, do controle contínuo e por comunicação instantânea; sobretudo o sujeito que, conforme os estudos de Virilio (1996, 1996a), habita a velocidade e, ao fazê-lo, passa a julgar a si e aos outros como cada vez mais lentos.

Desde o movimento de desterritorialização/reterritorialização, sugiro que assim como ocorrera com as intensidades experimentadas em relação aos *Tempos Modernos*, as intensidades que tomam os sujeitos dos *Tempos Mutantes* serão abrandadas pelo tempo.

Trata-se da eficácia do tempo que *muda você*. Nos próximos parágrafos, retomarei, rapidamente, como estas idéias se configuram na empresa.

A reestruturação do trabalho bancário atinge seu ápice, na empresa em questão, com a implementação do *Projeto X*. Esse projeto que, num primeiro momento, se insinuava como uma ruptura paradigmática dos modos de trabalhar bancário, mostra-se, agora, como um projeto de modernização único/homogêneo. Um projeto que objetiva lucratividade via produtividade estimulada pela competitividade entre os pares, e produz subjetividades serializadas, desvalorizadas em suas heranças incorporadas a duras penas. Embora proponha uma revolução e, realmente, apresente *soluções totalmente novas*, ele conserva, nos novos modos de trabalhar e de experimentar o tempo, uma lógica binária que dissocia gestão/execução, trabalho/sujeito do trabalho, condizente com o paradigma taylorista/fordista. Isso porque as mudanças são da ordem de uma temporalidade que pode ser dita da *Modernidade*, que expulsa o intempestivo, já que o involuntário – “os brancos, os troços e as paradas feias” (escriturária/8 anos na empresa) que não são comandados conscientemente – diz apenas dos sujeitos que sofrem as mudanças arbitrárias.

A empresa constitui-se, no momento da implantação da mudança, ao mesmo tempo produto e produtora do fenômeno da reestruturação do trabalho. Exemplar no que diz respeito a uma *sociedade de controle*, substitui antigas formas de disciplina por outras que, mediadas pelas novas tecnologias, mostram-se mais sutis. Apresenta um tempo fabricado por *ritornelos capitalistas* – uma ritmação expressiva que regula os ritmos dos sujeitos – sob a ordem da velocidade inimaginável, diferentemente daqueles *ritornelos capitalistas* sob a ordem da cadência e da periodização que caracterizaram a Revolução Industrial, considerada marco da inauguração da velocidade. Nesse sentido, ao delimitar os sujeitos, apresenta-se como um modelo ilustrativo de tantas outras empresas – premidas por uma lógica de mercado que despreza as tradições e os costumes anteriormente louvados –, desencadeando mudanças que dizem da obsolescência de processos, produtos e trabalhadores. Busca vender tempo, em prol de uma dita qualidade de vida que é construída como demanda de uma coletividade que também habita a velocidade.

Num processo que denomina de *virtualização*, a empresa não mais mantém um centro, tal como o modelo da organização clássica o fazia, pois desaloja os sujeitos de lugares fixos, no sentido de arremessá-los a um *não-lugar*, ao “botar as pessoas daqui para cá, jogar para lá” (escriturária/8 anos na empresa). Além disso, substitui a presença física dos sujeitos por uma rede de comunicação eletrônica, o que se ilustra na passagem de um cenário de *corpos em rede*, para um cenário de *máquinas em rede*. Essa nova configuração de banco, tão diversa daquela em que o papel ainda não era interpretado como “um acinte” (técnica/16

anos na empresa) perante os modos de trabalhar, não deve, no entanto, ser tomada como um produto acabado.

Manchetes, que referem o redirecionamento do atendimento aos clientes para outros espaços físicos que não os das agências, confirmam a idéia cultivada pelos sujeitos de que “o negócio agora é acabar com a fila” (caixa executiva/15 anos na empresa), tida como símbolo da morosidade e da perda de tempo.

Esse modo rizomático de ser, que é o modo de ser do capital, hoje, evidencia uma empresa que não se quer à margem das transformações que se desencadeiam no contexto mundial. Em sintonia com os *ritornelos capitalistas* da ordem de uma velocidade inimaginável, ela tem, no computador, uma máquina de produção de subjetividade que inventa o sujeito da urgência, que já não mais aguenta esperar trinta segundos para a finalização de uma dada operação, em uma nítida mudança dos modos de pensar, sentir e experimentar o tempo.

Trata-se, por conseguinte, da subjetividade serializada, atualizando-se na submissão às condições capitalistas de produção, de consumo e de circulação, uma vez que a reestruturação do trabalho parece ser, no que apresenta de fundamental, uma reestruturação do tempo e, como tal, não se limita aos modos de trabalhar, atingindo, igualmente, os modos de viver dos indivíduos e das coletividades. Compreendida enquanto o consumo de estilos de vida, a subjetividade, atualmente, tal qual o tempo, mostra-se como uma modalidade menos centrada, mais fugaz. Da idéia de linearidade/previsibilidade à idéia de rizoma/bifurcações, encontra-se, então, um sujeito a indicar uma trama complexa que envolve a passagem de regimes temporais das estabilidades e das certezas, para regimes temporais das instabilidades e das incertezas.

O futuro à vista, tal como se coloca aos sujeitos, no justo momento da implantação da mudança, é regido pela temporalização mecânica, estando, portanto, antecipado desde um modelo apriorístico: “Cada vez a pessoa vai valer menos, se qualificar mais e ser pior remunerada” (assistente de gerência/8 anos na empresa).

Em relação aos modos de experimentar o tempo de mudar, pode-se dizer, portanto, que uma *dicotomização flexibilizada* se evidencia nos descompassos que marcam o tempo tomado como valor pelo capital, e o experimentado como duração de sentidos pelos sujeitos. Dada a condição de secundarização e de subordinação que sofrem os sujeitos no mundo do trabalho, a perspectiva que se coloca é de um contínuo paralelismo a caracterizar experimentações do tempo.

A partir destas considerações, pode-se tomar a reestruturação como sendo da ordem da abrangência no mundo do trabalho. Pode-se, também, dizer que o modo capitalista de produção de bens e de serviços rege todo um modo de vida em sociedade, evidenciando-se para além do mundo do trabalho. Embora inculcados nos sujeitos, predominantemente, sob o enfoque da naturalização e da homogeneização, os modos de experimentar o tempo na reestruturação do trabalho bancário podem, sem dúvida, ser tomados como algo que deixa os sujeitos *fora de foco*, que os abala. Isso permite pensar que “a perda do fio da meada” (gerente geral/24 anos na empresa), uma nítida referência aos modos de experimentar o tempo atravessado pela velocidade, seja um sentimento compartilhado pelos sujeitos contemporâneos, de um modo em geral, não se restringindo apenas àqueles da reestruturação do trabalho bancário apontados por essa pesquisa.

Finalizo este item com a apresentação de dois mapas (Mapa 1: *Tempos Modernos*, Mapa 2: *Tempos Mutantes*), que objetivam ilustrar a tensão rizoma/decalque, fuga/captura, desterritorialização/reterritorialização, buscando explicitar a conservação de uma lógica de produção de sujeitos formatados por modos de subjetivação que: à época da industrialização, buscavam a naturalização da cronologização em prol de um tempo metrificado (*Tempos Modernos*); à época da reestruturação do trabalho bancário, buscam a naturalização da descronologização em prol de um tempo sem tempo (*Tempos Mutantes*). A perspectiva que se coloca é, então, a de um rizoma temporal, com bifurcações e encontros que geram diferenciações e coexistências. Os *Tempos Mutantes* fazem, portanto, rizoma com os *Tempos Modernos*, estando mergulhados na rede de que despontaram.

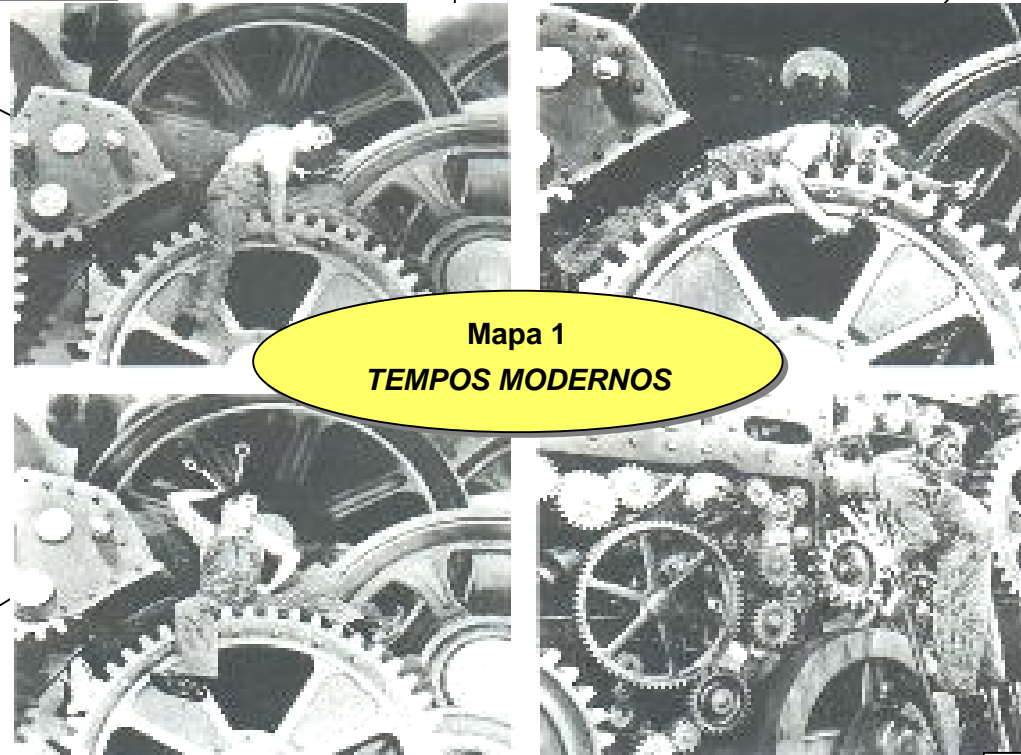
O mapa intitulado *Tempos Modernos* (Mapa 1) acompanha-se de uma figura referente ao filme “*Tempos Modernos*”, um clássico que retrata a domesticação do tempo e a maquinização do homem, no tempo da industrialização. O mapa intitulado *Tempos Mutantes* (Mapa 2), acompanha-se da Fita de Moebius, que é retomada, neste momento, a fim de ilustrar a idéia de continuidade antigo/novo, desterritorialização/reterritorialização. Faço, portanto, referência à obra de dois artistas que foram contemporâneos – Charles Spencer Chaplin (1889-1977) e Moacir Cornelius Escher (1898-1972) – e que, ao meu ver, traduziram modos de trabalhar, de experimentar o tempo e de ser, com uma sensibilidade sem igual, ao visibilizarem as formas dominantes, em vigência.

Passo a apresentar, então, os dois mapas referidos.

Mudanças possibilitam um tempo de espera pelos acontecimentos vindouros previamente acenados; um tempo de adaptação a eles; e um tempo de transição de fazeres. Além de conservar características de estrutura, as mudanças são tomadas como sinônimo de longo prazo, e a seqüência ingresso/promoção/aposentadoria na empresa coaduna-se com a idéia de linearidade e de previsibilidade fortemente cultivada pelos sujeitos

Modos de trabalhar simplificados, infantilizados, regrados, repetitivos, periodizados, massificados e condizentes com a experimentação de um tempo cronológico são impostos aos sujeitos, a duras penas. Os modos de subjetivação produzem subjetividades serializadas, via naturalização da cronologização

O trabalho é encarado como sendo para a vida toda, e as expectativas nutridas pelos sujeitos, desde a lógica da previsibilidade, condizem com a idéia de emprego vitalício. De certo modo, os sujeitos passam a iludir-se com a idéia de que eles próprios controlam o tempo



Mapa 1
TEMPOS MODERNOS

Os regimes temporais dizem das estabilidades e das certezas, da determinação lógica entre o antes e o depois

Experimentação de um tempo calcado no eterno retorno do mesmo, em função da repetitividade e monotonia do fazer cotidiano. O tempo adotado é, então, relativo à memória, por valorizar a experiência e a repetição, em direção à perfeição e ao progresso

À imagem do tempo associa-se a do dinheiro, e o espaço de trabalho apresenta-se como um universo de controle do tempo. O tempo é, então, o tempo da medida, do cronômetro, da repetição ordenada que exprime a cadência dos *corpos docilizados*, desenvolvendo uma forma e determinando sujeitos consumidores de subjetividades serializadas

O tempo tomado como dinheiro não passa, é gasto. E a contingência da experimentação temporal é aprisionada aos moldes do capital, cujo elemento paradigmático é o relógio. O poder é cultivado de modo mais centralizado

Da idéia de linearidade temporal à idéia de rizoma temporal, encontra-se um sujeito a indicar “a perda do fio da meada”, ilustrando uma trama complexa a denunciar a passagem de regimes temporais das estabilidades e das certezas para regimes temporais das instabilidades e das incertezas. Diante disso, desfaz-se, para os sujeitos, a ilusão de garantias advindas de modelos identitários que possam aplacar seu sofrimento

O futuro à vista, tal como colocado aos sujeitos, no justo momento da implementação da mudança, é regido pela temporalização mecânica, que realiza um possível, estando, portanto, antecipado desde um modelo apriorístico

Mudanças são da ordem da inevitabilidade, da instantaneidade e da intensidade, e, embora diferenciem-se das mudanças antigas nos modos de mudar, alimentam uma temporalidade que pode ser dita da *Modernidade*, ao expulsar o intempestivo, já que o involuntário – “os brancos, os troços e as paradas feias” que não são comandadas conscientemente – diz apenas dos sujeitos que sofrem as mudanças arbitrárias

Dos corpos em rede às máquinas em rede, o processo de virtualização da empresa elimina os lugares fixos e determinados que os sujeitos ocupavam. Esse movimento, num primeiro momento, desterritorializa os sujeitos que, logo após, são reterritorializados sob os moldes do capital

Elemento paradigmático da reestruturação do trabalho, o computador é uma máquina de produção de subjetividade que leva o sujeito a experimentar uma ruptura nos modos de pensar, sentir e experimentar o tempo

Tempo contínuo, da indeterminação, da coexistência. Tempo da instantaneidade, da aceleração, da presentificação, da velocidade tida como brutal, surpreendente e inimaginável

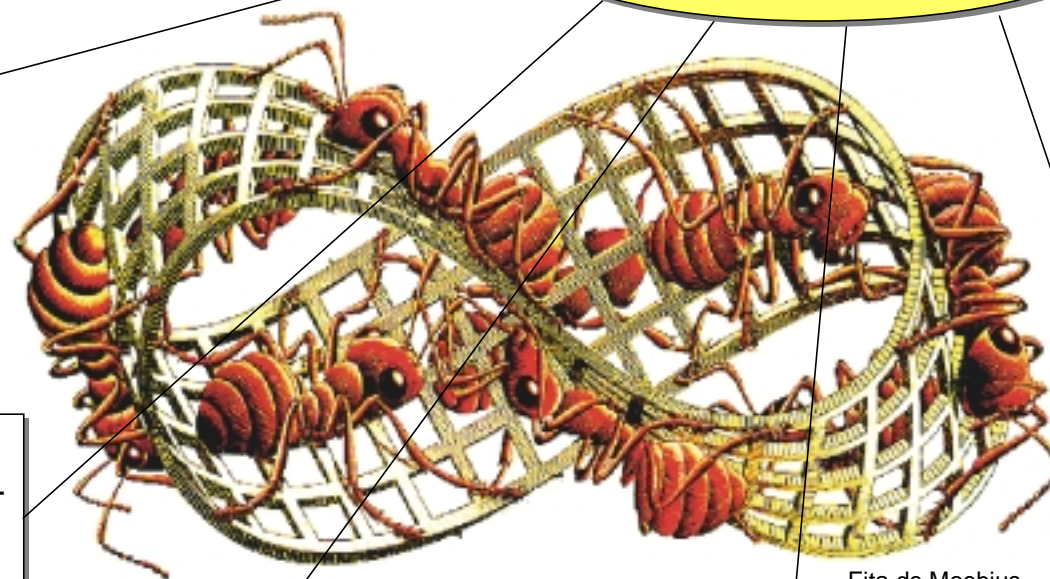
Adota-se um tempo imemorial que despreza as trajetórias dos sujeitos – já que “o passado eles riscaram, é só o presente” – em prol da presentificação, de um tempo sem tempo

Os modos de subjetivação dizem da naturalização e homogeneização da descronologização, uma vez que os novos padrões tecnológicos e organizacionais proporcionam a experimentação de um tempo calçado na instantaneidade, na velocidade

Modos de trabalhar são complexos e demandam sujeitos que respondam “eu faço, eu faço, eu faço”, de modo imediato, a toda e qualquer demanda que se apresenta. Trata-se do trabalhador protótipo da flexibilidade, tido como contraponto básico daquele trabalhador massificado que o fordismo cunhou

O controle não se dá apenas por confinamento, mas de modo contínuo e por comunicação instantânea, através de formas mais sutis, via novas tecnologias representadas na figura do computador, que são apresentadas como operadoras de um tempo que sobra, de um tempo sobressalente

Mapa 2 TEMPOS MUTANTES



Fita de Moebius
Escher, 1963

Como é possível notar, a partir dos mapas, tanto os *Tempos Modernos* quanto os *Tempos Mutantes* apresentam-se como modos de subjetivação a produzirem os sujeitos de que o mundo do trabalho, em seu modo capitalista de produção de bens e serviços, necessita para trabalhar.

Se aos *Tempos Modernos* cabem as engrenagens e as linhas de montagem a *docilizarem os corpos* e a marcarem o eterno retorno do mesmo, aos *Tempos Mutantes* cabem a invisibilização dos lugares, a antecipação do tempo, e o apontamento da irreversibilidade de um processo de transformação que carrega o contínuo vir a ser de uma subjetividade correspondente às exigências do poder.

Referências bibliográficas

- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho* : ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo : Boitempo, 1999.
- BADIOU, Alain. *Para uma nova teoria do sujeito* : conferências brasileiras. Rio de Janeiro : Relume-Dumará, 1994.
- CASTRO, Nadya Araújo de. Reestruturação produtiva e relações industriais : desafios e interpretações à luz do debate norte-americano atual. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.11, n.31, p. 111-122, jun. 1996.
- CHAPLINTEMPOSMODERNOS. Disponível por WWW em <http://www2.rantac.com.br/users/lazaro/chaplin.html>. (8 maio 2000).
- DAL ROSSO, Sadi. *A jornada de trabalho na sociedade* : o castigo de Prometeu. São Paulo : LTR, 1996.
- DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. Rizoma. Tradução de Aurélio Guerra Neto. In: DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs* : capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro : Editora 34, 1996. V.1, p. 11-52.
- DELEUZE, Gilles. *Conversações* : 1972–1990. Tradução de Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro : Ed. 34, 1998.

- ESCHER, M.C. *Moebius Strip II*. Disponível por WWW em http://vc.lemoyne.edu/ant305/students/8_dkovach/Images/nf-odd_260.html. (19 maio 1998).
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir : história da violência nas prisões*. 13.ed. Petrópolis : Vozes, 1996.
- GUATTARI, Félix. *Caosmose : um novo paradigma estético*. Rio de Janeiro : Ed. 34, 1997. Da produção de subjetividade, p. 11-70.
- GUATTARI, Félix. In: Guattari, Félix. *O inconsciente maquínico : ensaios de esquizo-análise*. Tradução de Constança Marcondes César e Lucy Moreira César. Campinas : Papirus, 1988. O tempo dos ritornelos.p.103-144.
- GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica : cartografias do desejo*. 4.ed. Petrópolis : Vozes, 1996.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna : uma pesquisa sobre as origens da mudança social*. 2.ed. São Paulo : Edições Loyola, 1993.
- KURZ, Robert. A expropriação do tempo. *Folha de São Paulo*, 3 jan. 1999. Caderno Mais, p.3.
- LEITE, Márcia de Paula. *O futuro do trabalho : novas tecnologias e subjetividade operária*. São Paulo : Scritta, 1994.
- LÉVY, Pierre. O que é o virtual? Petrópolis : Vozes, 1996.
- LÉVY, Pierre. *As novas tecnologias da inteligência : o futuro do pensamento na era da informática*. Rio de Janeiro : Ed. 34, 1996a.
- LÉVY, Pierre. *Tecnologias intelectuais e modos de conhecer: nós somos o texto*. Tradução de Celso Cândido. Obtido por WWW (1 jun.1998).
- LIMA, Maria E. A. *Os equívocos da excelência : as novas formas de sedução na empresa*. Petrópolis : Vozes, 1996.
- MORGAN, David L. *Focus groups as qualitative research*. Beverly Hills : Sage, 1988. (Sage University Paper Series, Qualitative Research Methods, 16)
- NEUTZLING, Inácio; KEVIN, José Dari. Reestruturação produtiva. In: *DICIONÁRIO de ética econômica*. São Leopoldo : Ed. Unisinos, 1997.

- PEDROSO, Monica Miglio. Rumo ao banco do futuro. *Internet Business*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 5, p. 54-60, abr. 1998.
- PRIGOGINE, Ilya. *O nascimento do tempo*. Lisboa : Edições 70, 1990.
- ROLNIK, Suely. Toxicômanos de identidade : subjetividade em tempo de globalização. In: LINS, Daniel (Org.). *Cultura e subjetividade : saberes nômades*. Campinas : Papirus, 1997. p. 19-24.
- SEGNINI, Liliana. *Mulheres no trabalho bancário : difusão tecnológica, qualificação e relações de gênero*. São Paulo : EDUSP, 1998.
- SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE PORTO ALEGRE/FEDERAÇÃO DOS BANCÁRIOS DO RIO GRANDE DO SUL. Coletivo Estadual de Saúde. *Censo de Saúde dos Bancários do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1997.
- THOMPSON, Edward. P. O tempo, a disciplina do trabalho e o capitalismo industrial. In: SILVA, Thomaz T. (Org.). *Trabalho, Educação e Prática Social : por uma teoria da formação humana*. Porto Alegre : Artes Médicas, 1991. p. 44- 93.
- THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna : teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis : Vozes, 1995.
- VIRILIO, Paul. *A arte do motor*. São Paulo : Estação Liberdade, 1996.
- VIRILIO, Paul. *Velocidade e política*. São Paulo : Estação Liberdade, 1996a.
- VIRILIO, Paul. *A bomba informática*. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo : Estação Liberdade, 1999.